



A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: AVANÇOS E POSSIBILIDADES PARA A APRENDIZAGEM

Thoyme Rodrigues Pinheiro [1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Pará, thoyme2010@hotmail.com

Jhonata Marques do Rego [2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Pará, jhonatamarques_17@yahoo.com.br

Benilson Silva Rodrigues [3] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
benilson.rodrigues@gmail.com

SPECIAL EDUCATION IN THE PERSPECTIVE OF SCHOOL INCLUSION: ADVANCES AND POSSIBILITIES FOR LEARNING

RESUMO

O presente artigo tem como título “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Avanços e Possibilidades para a Aprendizagem”. Objetiva refletir e analisar a respeito da Educação Especial na perspectiva da inclusão tendo como preocupação de se investigar os avanços e possibilidades de aprendizagem dos educandos. Diante disso, a nossa problemática é descobrir de que forma se apresenta a educação especial e a educação inclusiva diante dos desafios da aprendizagem dos educandos, quais os avanços e possibilidades para que de fato ocorra a inclusão. Com base nesses pressupostos, utilizamos de uma pesquisa etnográfica dentro de uma abordagem qualitativa, onde buscamos embasamento em Ludke & André (1986). Os instrumentos para coleta de dados foram os postulados de Mantoan (1997a, 2003b), Carvalho (2003), Salamanca (1994), e outros que tratam sobre essa temática. Verificou-se que a educação especial está avançando mediante o processo da educação inclusiva e que as adaptações necessárias para a aprendizagem dos educandos podem ser realizadas nas escolas. Conclui-se, portanto, nessa pesquisa que o processo de inclusão escolar é positivo, e que a aprendizagem dos educandos realmente pode ocorrer, de maneira satisfatória se forem efetivadas as adaptações necessárias para isso.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Educandos.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

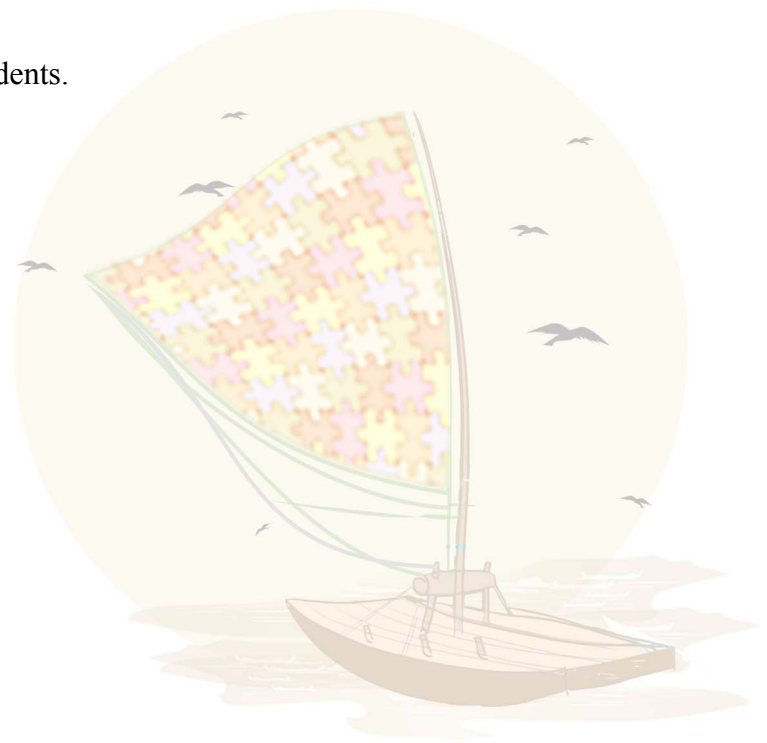
05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

ABSTRACT

This article is entitled "The Special Education School Inclusion Perspective: Progress and Possibilities for Learning". Aims to reflect and analyze about the Special Education from the perspective of inclusion with concern as to investigate the progress of students and learning opportunities. Thus, our problem is to find out how it presents special education and inclusive education to the challenges of learning of the students, which advances and possibilities for actually occurs inclusion. Based on these assumptions, we use an ethnographic research in a qualitative approach where we seek grounding in Ludke & Andrew (1986). The instruments for data collection were the postulates of Mantoan (1997a, 2003b), Carvalho (2003), Salamanca (1994), and others that deal with this topic. It was found that special education is moving through the process of inclusive education and that the necessary adjustments to the students' learning can be carried out in schools. It follows, therefore, that research that the school inclusion process is positive, and that the students' learning can actually occur satisfactorily if effect the necessary adjustments to it.

Keywords: Special Education, Inclusion, Students.





INTRODUÇÃO

A educação escolar das pessoas com deficiência nos remete aproximadamente, há mais dois séculos de discussões e confronto. Estes embates tem ocupado lugar de especial destaque nas políticas públicas, nos debates e nas pesquisas científicas, assim como nas ações pedagógicas empreendidas em favor da educação desses educandos.

Discutir sobre a educação especial e sobre inclusão escolar requer inúmeras reflexões acerca dos avanços e possibilidades de aprendizagem dos educandos, uma vez que o processo inclusivo necessita de várias adaptações nas instituições educacionais principalmente atitudinais. Neste sentido, todos os educandos estão incluídos nesse processo, que ainda almeja uma educação de qualidade para todos.

Diante do exposto, pretende-se que esse estudo seja relevante para a comunidade escolar e a comunidade em geral por considerarmos esse tema de extrema importância para a sociedade. Assim, temos como objetivo principal analisar se educação especial e a inclusão escolar oferecem realmente avanços e possibilidades de aprendizagem para os educandos, além de esclarecer a educação tradicional e conhecer as adaptações necessárias para a efetivação dessa aprendizagem nas escolas.

Para tanto utilizamos uma pesquisa bibliográfica na abordagem qualitativa, embasados de acordo com Ludke e André (1986). Os instrumentos para coleta de dados foram os postulados teoricamente por: Mantoan (1997a, 2003b), Carvalho (2003), Salamanca (1994), e outros que versam a respeito desse assunto.

Este artigo está estruturado em cinco tópicos. A saber, o primeiro traça um breve comentário sobre a Trajetória da Educação Especial com discussões teóricas, o segundo: Inclusão Escolar: um desafio discorre a respeito dos desafios para que a inclusão ocorra de fato na instituição escolar, o terceiro trata sobre o Processo de Inclusão e Educação Tradicional dentro das escolas, no quarto traça-se uma reflexão quanto a Educação Inclusiva e as adaptações ao Projeto Pedagógico da instituição escolar, no quinto e último disserta-se a cerca da Avaliação no contexto de uma escola inclusiva quais suas possibilidades e quais os avanços desse processo.

As instituições escolares por ser um ambiente provedor de conhecimentos, são responsáveis pela inclusão escolar de todos que a buscam, e a educação especial por ter



iniciado o percurso da inclusão, no sentido de propor ações, discussões políticas, projetos, dentre outros, sendo atualmente considerada uma modalidade de ensino, também se torna responsável pela aprendizagem dos educandos nas escolas. Observa-se que a educação especial está avançando mediante o processo da educação inclusiva e que as adaptações necessárias para a aprendizagem dos educandos podem ser realizadas nas escolas.

1- A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM BREVE COMENTÁRIO.

Na trajetória histórica da Educação observa-se expressivas informações sobre o atendimento educacional às pessoas com deficiência, pode-se verificar que até o século XVIII os conhecimentos sobre a deficiência eram basicamente ligados ao misticismo e ocultismo, não existindo base científica para o desenvolvimento de elementos concretos do realismo. Conforme Mazzota (2003 p. 16) “O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criados”.

Historicamente, perceber que a educação especial tem sofrido modificações em seus objetivos e passado por várias redefinições, isto é, por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial era organizada de forma paralela à educação comum que seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam qualquer tipo de deficiência, problemas de saúde, ou alguma inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essas concepções sobre educação especial exerceram impacto duradouro na trajetória da mesma, resultando em práticas que enfatizam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição a dimensão pedagógica.

É importante salientar, que a educação especial surgiu inicialmente com proposta de abraçar o lado educacional da pessoa com deficiência, mas hoje abrange, muito mais a provisão de serviços à esta população. Enquanto área de estudos e ações sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais, Mazzota (1982, p. 10-11) ressalta que:

a educação especial está ao contrário, baseada na necessidade de proporcionar à igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de serviços educacionais de modo a atender as diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam. Nesse sentido, ela representa um desafio aos educadores para



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

encontrar caminhos e meios, estabelecer uma política de ação e criar facilidades para provisão de recursos educacionais apropriados a todos os educandos.

Para tanto, é necessário ir em busca de conhecimentos com base na necessidade de cada um, para proporcionar-lhes à igualdade de oportunidades, frente a diversificação de oferta dos serviços educacionais de maneira a atender as diferenças individuais dos educandos, por mais acentuadas sejam suas necessidades. E desse modo, democratizá-los através da disseminação do conhecimento e de suas reais necessidades, com vistas a mobilizar a sociedade para a tomada de consciência quanto à importância da política, de educação especial, decorrente do uso e da referência que se faz ao definir suas práticas e objetivos de estudo.

Frente ao exposto, entende-se que o conceito de deficiência, assim como a educação especial tem passado nos últimos anos por uma transformação bastante acelerada. Todavia, a partir do momento que se passa a respeitar as necessidades especiais, excluindo o uso de uma terminologia única para definir toda uma multiplicidade de pessoas, que exclui a individualidade dos sujeitos a ela submetidos torna possível considerar e reconhecer as pessoas com necessidades especiais, valores, de um homem com direito à vida social e à igualdade, que são ideais do ser humano. De acordo com Sasaki (1999, p.1)

Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim eles passam a ser incorretos quando valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras.

É importante ressaltar que, ainda, nesta discussão sobre educação especial, Mazzota fala sobre em que implicam os serviços educacionais especiais, isto é:

que o desenvolvimento da educação especial está estruturalmente ligado a preocupação dos educadores com o atendimento das necessidades educacionais dos alunos que não são beneficiados com recursos educacionais comuns e que precisam dos recursos especiais para suplementar os existentes. Dessa forma a educação especial não se justifica a não ser como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são essenciais para determinados alunos. (MAZZOTA, 1982, p. 11).

Para o autor a preocupação dos professores com o atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais está diretamente relacionado a questão estrutural



do desenvolvimento da educação especial, que por sua vez, está ligado aos educandos que não conseguem ter acesso aos recursos educacionais especiais, e conseqüentemente não são beneficiados com os mesmos. Assim, a educação especial chega a ser explicada como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são fundamentais para o aprendizado e desenvolvimento de determinados alunos.

2- INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO

A inclusão escolar é um movimento que ganhou forças no Brasil a partir dos anos 90, principalmente em decorrência de sua participação (BRASIL, 2007) na Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: acesso e qualidade, realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação), em Salamanca (Espanha) em junho de 1994, teve como objetivo principal a integração e permanência das crianças com Necessidades Especiais na rede regular de ensino, visando incitar os governantes a por em prática o que já era lei em alguns países¹. Porém essa integração agora voltada para as especificidades da criança, havendo a obrigatoriedade de eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais, elaboração de projetos políticos voltados para esse fim e principalmente proporcionar educação de qualidade envolvendo o corpo escolar, família, comunidade e sociedade, atendendo e colaborando para o aprendizado coletivo, integrado e contínuo dessas crianças.

A Declaração de Salamanca, (1994, p.2) parte do pressuposto que:

escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. (Declaração de Salamanca, (1994, p.1).

Refletir sobre um sistema educacional inclusivo é pensar em inovação, acomodação, preocupação com todas as dificuldades, necessidades, habilidades e possibilidades de aprendizado, a escola inclusiva deve se adaptar as dificuldades de seus educandos, e não mais como era antes, ou seja, o educando tinha que se adaptar à

¹ No Brasil podemos citar a Constituição de 1988, e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990).



escola, é sempre um desafio para o corpo escolar, pois existem muitas especificidades, decorrentes de síndromes, comportamentos adversos da sociedade, etc.

Diante dessa realidade as escolas precisam estar atentas as inovações e as políticas de inclusão, como por exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), esta possui objetivos e diretrizes que ajudam o bom andamento do trabalho educacional do ensino regular e especializado.

Portanto, é consenso que a inclusão surge como um grande desafio para as escolas regulares que também para as instituições especializadas que agora mais do que nunca devem levar em consideração a ampla diversidade das características, necessidades e potencialidades dos alunos, adotando um modelo centrado na criança e com ênfase na aprendizagem. Desse modo Mantoan (2003, p.57) se manifesta:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

A escola de ensino regular para ter uma postura inclusiva deve considerar as reformulações de suas práticas, considerando a entrada e a permanência de todos os educandos, buscando parcerias com as instituições especializadas, em se tratando de educandos com alguma deficiência, assistência social, etc., e outras que contribuam com o bom desenvolvimento de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, cultural e social de todos da escola.

3- PROCESSO DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO TRADICIONAL

Na educação especial falamos em ultrapassar barreiras arquitetônicas, mas principalmente atitudinais, merecendo destaque especial nesse contexto de ensino inclusivo à inadequação de métodos e técnicas do ensino tradicional, baseados no repasse de conhecimentos pelo professor e na recepção destes pelos alunos, e na sistematização das tarefas de aprendizagem.

Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos que efetivar com toda urgência. Essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

alunos e ao “como” ensinamos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos, pessoas que terão que reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: Mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo tem a ver com o que entendemos como qualidade de ensino. (Mantoan, 1997, p.61).

A educação tradicional se mostra ineficiente a atender a proposta de inclusão que considera este espaço educacional como ambiente capaz de abarcar o pluralismo de idéias e atitudes, primando por uma convivência de aprendizagem diversificada, abrangente, ou seja, o coletivo, a participação dos sujeitos onde eles são valorizados e estimulados. A ação de criar e recriar conhecimentos se dá de forma solidária e cooperativa, todos os saberes são considerados e apreciados e uns aprendem com os outros na coletividade.

No que se refere à educação tradicional, esta se opõe a filosofia da inclusão no momento em que verticaliza a educação em prol da lógica da homogeneidade, viabilizando atitudes de nivelamento e uniformidade, exigindo dos alunos adaptações às determinações do sistema, sistemas esses existentes e resistentes a mudanças, atitudes estas que engessam o indivíduo a moldes padronizados e estáticos de aprendizagens, de competências e de desenvolvimentos a serem alcançados de acordo com objetivos pré-estabelecidos, propondo um ensino “igual” para todos, pelo fato de não considerar a “diferença”, a heterogeneidade, e assim, segrega e marginaliza aqueles que aparecem como diferentes de limitações físicas e/ou intelectuais, quer de dificuldades de aprendizagem.

Na abordagem tradicional, igualdade era sinônimo de uniformidade e uniformização. Numa abordagem de atenção à diversidade, igualdade significa respeito pelas diferenças e pelas necessidades individuais, ou seja, pretende-se um ótimo desenvolvimento das potencialidades de cada aluno através de percursos individualizados de aprendizagem e no respeito de ritmos e características próprias. (CARVALHO, 2003, p. 34).

Segundo Mantoan (1997, p.31) a educação e a maneira tradicional de ensinar, o excesso de competição entre os alunos e a sistematização das respostas, e conseqüentemente dos comportamentos esperados, a transmissão ou a falta de transmissão do conhecimento pelo professor e o pavor de errar e pior de reconhecer esse erro impedem alunos e professores de terem contato com as diferenças e com isso perdem a oportunidade de reconhecer a riqueza que estas podem propiciar ao desenvolvimento do processo educativo e, ao mesmo tempo reforça o preconceito de



uma sociedade contra mulheres, deficientes, pobres, minorias étnicas e outros grupos sociais.

Em algumas escolas, no entanto já se acenam ensaios no sentido de auxiliar no despertar de um novo olhar que dê conta da diferenças e cumpra a sua função de orientar pessoas para o exercício da liberdade e da autonomia, esquecendo um pouco a educação militarista, realizando ações voltadas para a mudança e adesão ao processo de construção de uma escola inclusiva, através de iniciativas e realização de encontros para estudo e planejamento que propiciam reflexão sobre a importância da estruturação de um projeto de escola que se apresente democrática e a serviço da equidade social tais como:

- Qual a função da escola? (fundamentação filosófica);
- O que se ensina? (currículo);
- Para quem se ensina? (diversidade);
- Por que se ensina? (fundamentação política);
- Para que se ensina? (Objetivos);
- Como se ensina? (Métodos e estratégias);
- Como avaliar? (Instrumentos e concepções).

Portanto, a construção de uma educação de qualidade e de uma escola inclusiva requer uma mudança drástica postura e de paradigma na percepção do que seja educação, o que significa a formação de novos valores a partir do respeito às diferenças e do aprender conviver com o diferente.

4- EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ADAPTAÇÕES AO NÍVEL DO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.

Educação Inclusiva requer adaptações ao nível do Projeto Pedagógico da Escola, esse nível de adaptação refere-se as medidas de ajuste do currículo em geral, que nem sempre precisam resultar em adaptações individualizadas. As ações adaptativas visam flexibilizar o currículo para que ele possa ser desenvolvido na sala de aula e atender as necessidades especiais de alguns alunos.

As adaptações curriculares no nível do projeto pedagógico devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio. Elas devem propiciar condições estruturais para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos. Frente a isso, espera-se que eles atinjam o mesmo grau de abstração ou de conhecimento, num tempo determinado; que sejam capazes de desenvolver as atividades



desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, nem necessariamente de igual modo ou com a mesma ação de grau de abstração.

As adaptações curriculares apoiam-se nesses pressupostos para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, objetivando estabelecer uma relação harmônica entre essas necessidades e a programação curricular. Estão focalizadas, portanto, na interação entre as necessidades do educando e as respostas educacionais a serem propiciadas.

Devem ser destinadas aos que necessitam de serviços e/ou situações especiais de educação, realizando-se preferencialmente, em ambiente menos restritivo e pelo menor período de tempo, de modo a favorecer a promoção do aluno a formas cada vez mais comuns de ensino (SASSAKI, 1997).

As necessidades especiais revelam que tipos de ajuda, diferentes das usuais, são requeridos, de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adaptação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com alguma deficiência ou qualquer outra dificuldade participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer.

O currículo, nessa visão, é um instrumento útil, uma ferramenta que pode ser alterada para beneficiar o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, resultando em alterações que podem ser de maior ou menor expressividade.

5- AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: POSSIBILIDADES

Ao longo do tempo a avaliação vem sendo assunto de várias discussões e polemicas. A avaliação realizada hoje nas escolas é um ponto a ser considerado com especial atenção, pois esta representa um obstáculo que precisa ser vencido com urgência pelo fato de a avaliação ter tomado características específicas de um instrumento de poder da escola que em alguns casos não atende de forma alguma aos ideais de uma escola inclusiva e para todos.

De acordo com Mantoan (2003, p.36):

É evidente que os sistemas escolares que avaliam comparativamente os seus alunos e que se apoiam em tarefas predefinidas e aplicadas exclusivamente para



contabilizar o que o aluno aprendeu dos conteúdos curriculares, constituem um grande obstáculo à concretização dos objetivos da inclusão escolar.

O processo avaliativo é de grande importância em todos os âmbitos do processo educacional no sentido de nortear as decisões pedagógicas e retroalimentá-las, exercendo um papel essencial nas adaptações curriculares.

A avaliação deve caracterizar-se como sistêmica, ou seja, organizada de forma clara, concisa e de acordo com os objetivos propostos; processual desenvolvendo inclusive os avanços e dificuldades para que possam ser feitas intervenções na busca da superação destas.

Quando relacionado ao aluno, em face de suas necessidades especiais, o processo avaliativo deve focalizar diversos fatores como:

- Os aspectos do desenvolvimento (biológico, intelectual, motor, emocional, social, comunicação e linguagem);
- O nível de competência curricular (capacidades do aluno em relação aos conteúdos curriculares anteriores e a serem desenvolvidos);
- O estilo de aprendizagem (motivação, capacidade de atenção, interesses acadêmicos, estratégias próprias de aprendizagem, tipos preferenciais de agrupamentos que facilitam a aprendizagem e condições físico-ambientais mais favoráveis para aprender);

Quando direcionado ao contexto educacional, o processo avaliativo deve focalizar observar aspectos como:

- O contexto da aula (metodologias, organização, procedimentos didáticos, atuação do professor, relações interpessoais, individualização do ensino, condições físico-ambientais, flexibilidade curricular, etc.);
- O contexto escolar (projeto pedagógico, funcionamento da equipe docente e técnica, currículo, clima organizacional, gestão, etc.)

Quando direcionado ao contexto familiar, o processo avaliativo deve focalizar, dentre outros aspectos;

- As atitudes e expectativas com relação ao aluno;
- A participação na escola;
- O apoio propiciado ao aluno e a sua família;

Nesse contexto inclusivo o tempo de aprender é o tempo de cada aluno e o registro do seu aproveitamento assim como das dificuldades/necessidades vai sendo feito e conhecido pelo docente e discente de forma que estes tenham a oportunidade de se auto-



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

avaliar, acompanhando e compartilhando o processo de ensino-aprendizagem de maneira que possibilite a inferência de forma significativa e eficaz no seu próprio desempenho para que de fato a aprendizagem seja prazerosa e efetiva tanto para o educando, quanto para o educador.

CONCLUSÃO

A inclusão é um fato, mas para que ela possa realmente acontecer, é necessário mais do que a boa vontade do professor em sala de aula, precisa da colaboração na interação coletiva para que sua atuação conjunta garanta uma educação que promova desenvolvimento de potencialidades dos educandos; a coordenação pedagógica e para os educadores precisam estar preparados e abertos para aceitar; as autoridades precisam ter um olhar especial das sobre a realidade da inclusão no país; é necessário ter alternativas para que o educador não se sobrecarregue em funções que vão além da sua profissão.

Neste sentido é essencial que a instituição escolar como um todo promova ações e projetos para trazer a realidade da inclusão para o cotidiano escolar com palestras, oficinas e capacitações, não apenas para os docentes, mas para toda comunidade escolar em geral sobre inclusão, seu significado e suas contribuições para o avanço do processo de ensino e da aprendizagem com permanência e sucesso para o aluno.

O presente estudo iniciou-se com o intuito de desvelar a atuação da educação especial e a inclusão escolar e os avanços e possibilidades de aprendizagem dos educandos nas escolas.

Em presença dessa realidade, observamos que foi de suma importância a participação do Brasil na assinatura da Declaração de Salamanca (1994) para a efetivação das leis que já existiam e que versam sobre a educação, mas principalmente sobre a inclusão escolar, assim como o posicionamento da educação especial agora considerada modalidade de ensino nesse processo inclusivo.

Vale destacar, que com esse trabalho constatamos que o modelo educacional tradicional precisa ser repaginado e que é imprescindível retirar as barreiras atitudinais que ainda são um entrave para a concretização da inclusão, e que a inclusão é um fato que pode ser realizado nas escolas, e principalmente para que a aprendizagem dos



educandos realmente será frutos desse trabalho de inclusão escolar no qual escola, família e aluno ande juntos com os mesmos objetivos e finalidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pela Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

_____. **Estatuto da Criança e Adolescente**/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social – Brasília: MEC, ACS, 2005.

CARVALHO. Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 3^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. E242 Educação inclusiva: V.1: a fundação filosófica / coordenação geral SEESP/MEC: organização Maria Salete Fabio Aranha – Brasília: Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial, 2004.

LUDKE, Minga; ANDRÉ, Marli. E. P. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memmon/SENAC, 1997.

_____. M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, Marcos José da Silva. **Fundamentos da educação especial**. Livraria Pioneira Editora, 1982.

_____. Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEC/SEESP. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília-DF, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência e era da inclusão**. 3^a ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

_____, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

UNESCO. **Declaração Mundial sobre a educação para todos.** In: Conferência Mundial de Educação para todos, 1990. Jomtien, Tailândia.

